

Distribuição de Renda no Brasil: um Ensaio sobre a Desigualdade Desconhecida

Rudi Rocha¹ e André Urani²

Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS

Resumo

Baseado em uma investigação empírica, este artigo sustenta a hipótese de que os brasileiros, especialmente aqueles localizados ao topo da escala social, em grande medida desconhecem o formato da distribuição de renda no país e o seu elevado grau de desigualdade.

Abstract

The aim of the present paper is to provide empirical support for the hypothesis that Brazilians, especially those situated at the top of the social scale, in a great deal, do not recognize the form of the Brazilian income distribution and its high degree of inequality.

Palavras-chave: desigualdade, renda, percepção.

Key words: inequality, income, perception.

Área ANPEC: Economia Social e Demografia Econômica

Classificação JEL: D31, D63, D83, I31

Julho de 2005

¹ rudiocha80@yahoo.com.br ou rudi@iets.inf.br

² aurani@iets.inf.br

Distribuição de Renda no Brasil: um Ensaio sobre a Desigualdade Desconhecida

1. Introdução: Brasil, em que país vivemos?

Não seria errado dizer que em termos de riqueza e bem-estar vivemos em muitos países em um país apenas. Acostumamo-nos com a fronteira da modernidade para alguns e com o cerne do atraso econômico e social para a maioria, com a coexistência de poucos muito ricos e de muitos muito pobres. Enfim, o Brasil é estatisticamente reconhecido como um, senão o país de maior desigualdade de renda no mundo – uma idéia contemporaneamente exposta na mídia, no discurso político e popular e vinculada em contraponto à ampla propagação do ideal moderno de justiça social.

Uma breve pesquisa em arquivos de jornais de grande circulação no Brasil confirma a exposição do quadro de desigualdade de renda no país. No ano de 2004, o jornal O Globo registrou 15 referências ao termo “Índice de Gini” e 227 matérias ou artigos trazendo a expressão “distribuição de renda”, sendo a grande maioria relativa ao caso brasileiro. De junho de 2004 ao mesmo mês em 2005, estes resultados praticamente se repetem – respectivamente 14 e 208. Do mesmo modo, os arquivos da Folha de São Paulo retornam, para o ano de 2004, 212 matérias ou artigos contendo o termo “distribuição de renda”, enquanto que os primeiros cinco meses de 2005 já contam com 104 referências.

O quadro de desigualdade de renda no Brasil, portanto, não apenas permeia as relações econômicas e sociais neste país, ou está presente em estatísticas oficiais ou artigos acadêmicos, como também faz parte da carga de informação sistematizada e recebida freqüentemente pelos brasileiros. Juntamente com os fatos, a mensagem da mídia e dos formadores de opinião é invariavelmente crítica e aponta para o inevitável consenso – a desigualdade de renda brasileira é extrema e representa um mal a ser combatido.

Não à toa, em recente pesquisa do ISSP (*International Social Survey Programme*, módulo de 1999) sobre percepções de desigualdade e opiniões sobre justiça distributiva, aplicada no Brasil e em mais de 20 países, os brasileiros se destacaram pela severidade com que avaliam a desigualdade de renda no seu próprio país. Cerca de 84% dos entrevistados no Brasil concordaram totalmente com a afirmativa de que “em seu país, as diferenças de renda são muito grandes”. Em nenhum outro país participante da pesquisa esta concordância total foi tão alta.

No entanto, apesar de esta desigualdade anômala ser uma evidência global, constantemente exposta pelos meios de comunicação e corroborada pelo discurso popular ou pelo próprio cotidiano das relações econômicas e sociais, este artigo traz as seguintes perguntas: será que nós, brasileiros comuns e leigos, conhecemos de fato a realidade desigual em que vivemos? Para além do discurso popular, conhecemos o real formato da repartição ou da distribuição de renda no Brasil? Sabemos quantos são, quanto ganham e como vivem os mais pobres ou os mais ricos neste país?

Baseado em uma investigação empírica, este artigo defenderá pioneiramente a hipótese de que os brasileiros, especialmente aqueles localizados ao topo da distribuição de renda, em grande medida desconhecem o formato da distribuição de renda no país e o seu grau de desigualdade correspondente. Não obstante a este objetivo principal, a discussão das possíveis causas e conseqüências desta conjectura confere um caráter de manifesto a um ensaio em economia política: neste sentido, o presente trabalho será também uma iniciativa pela conscientização e pela mobilização política dos brasileiros em torno da mais importante força estruturante de nossa sociabilidade, a desigualdade em suas mais diversas formas de manifestação. Acredita-se que a mudança político-institucional em direção a um Brasil melhor e menos desigual deve necessariamente passar não apenas por um ideal de sociedade que queremos construir, como também pela conscientização do estado de coisas a que chegamos.

Com base nestas motivações, desenvolvemos o presente artigo em três seções, além desta introdução. Na próxima seção, investiga-se empiricamente a hipótese de que os brasileiros, em grande medida, desconhecem o formato da distribuição de renda e a magnitude de sua desigualdade. Para tanto, acionam-se alguns itens da pesquisa do ISSP (1999) sobre percepção da desigualdade, cujos resultados são reforçados por outra pesquisa, mais direcionada à hipótese central do artigo, embora de menor escopo, realizada entre estudantes do Instituto de Economia da UFRJ. Na terceira seção, exploramos as possíveis causas e conseqüências do quadro empírico encontrado, enquanto que a última seção traz as considerações finais do trabalho.

2. A Hipótese da Desigualdade Desconhecida: uma Análise Empírica

Como base primária para a análise empírica da hipótese central deste artigo, acionou-se a pesquisa do ISSP (1999), uma contribuição para o entendimento das percepções de brasileiros e de outros cidadãos em mais de vinte países em relação ao modo como suas respectivas sociedades são, estão ou deveriam ser ordenadas. A pesquisa traz opiniões dos entrevistados sobre a estrutura social do país em qual vivem, sobre justiça distributiva, prioridades de políticas públicas, determinantes positivos e normativos de remunerações ao trabalho, mobilidade social, posicionamento político-ideológico, dentre outros itens³. Como reforço à análise, destaca-se também no presente trabalho outro conjunto de entrevistas sobre tópicos congêneres, realizadas por e sobre estudantes do Instituto de Economia da UFRJ (Junho de 2005).

2.1. Percepções sobre a Estrutura Social: o Desenho da Desigualdade

O primeiro item da pesquisa do ISSP (1999) aqui selecionado refere-se à imagem que as pessoas têm da configuração dos estratos sociais no país em que vivem. Mais precisamente, os entrevistados escolhiam dentre 5 diagramas aquele que descrevesse mais

³ Desenvolvida pelo ISSP (*International Social Survey Programme*), módulo de 1999, referente a opiniões sobre desigualdade e justiça social. Mais de vinte países participaram da pesquisa sobre o tema, dentre eles o Brasil, onde a coordenação coube ao IUPERJ. Para mais informações sobre o programa e este módulo, acessar www.issp.org.br. Para trabalhos já realizados no Brasil sobre esta base de dados, ver Scalon (2004). Neste país, o trabalho de campo ocorreu em 2001.

fielmente o ordenamento social existente em seus respectivos países. A figura abaixo apresenta as opções de diagramas e destaca a pergunta presente no questionário da pesquisa⁴.

Figura 2.1.1 – Desigualdade em Diagramas

<p>Observe os desenho e leia as descrições. Os desenhos representam diferentes tipos de sociedade. Qual você acha que descreve melhor o seu país hoje?"</p>	<p>Tipo A - Uma sociedade com uma pequena elite no topo, poucas pessoas no meio e muitas na base</p> <pre> xxx x x x x x xxxxxxxxxxxxxxxx </pre>
<p>Tipo B - Uma sociedade em forma de pirâmide, com uma pequena elite no topo, mais pessoas no meio e a maioria na base</p> <pre> x xx xxx xxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxx </pre>	<p>Tipo C - Uma sociedade em forma de pirâmide, em eu apenas algumas pessoas estão na base</p> <pre> x xx xxx xxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx </pre>
<p>Tipo D - Uma sociedade em que a maioria das pessoas está no meio</p> <pre> x xxx xxxxx xxxxxxxxxxx xxxxxxx xxx xx x </pre>	<p>Tipo E - Uma sociedade em que muitas pessoas estão perto do topo e apenas algumas estão perto da base</p> <pre> xxx xxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx xxxxxx xxxxx xxx x </pre>

Observa-se que os diagramas podem ser interpretados como representativos de sociedades com diferentes graus de desigualdade e formatos de estratificação. Verifica-se que o grau de desigualdade de renda diminui entre o diagrama A (o mais desigual e polarizado) e o diagrama D. No diagrama A, existe uma pequena elite no topo da pirâmide social, distante da maior parte da população, à base. O diagrama D lembra uma distribuição normal de probabilidades, com uma freqüência elevada de pessoas no meio e limitada nos extremos. O diagrama E apresenta um grau de desigualdade semelhante ao C, embora a estrutura social apareça invertida, com um pequeno número de pessoas à base.

Para empreender uma análise simplificada deste item, portanto, pressupõe-se que os diagramas são interpretados pelos entrevistados segundo uma ordem decrescente de desigualdade, do A ao E. Para cada país incluído na pesquisa, além das freqüências das respostas para cada uma das 5 categorias, estimou-se um indicador médio de “desigualdade observada” (ou melhor, a desigualdade *visualmente perceptível*). Este indicador foi construído a partir de uma ordenação dos digramas do número 1 ao 5, sendo 1 o diagrama E, supostamente o menos desigual, 2 o diagrama D, e assim por diante, até a associação do número 5 ao diagrama A, o mais desigual. Tomou-se então a média das respostas por país, não incluindo os entrevistados que não souberam ou não quiseram responder à questão. Uma

⁴ Esta pergunta faz parte do questionário em português. Para acessar a versão original em inglês, as versões em outros idiomas e a metodologia de tradução, ver ISSP (2003).

média próxima a 5 corresponde, portanto, a uma desigualdade observada elevada. A próxima tabela traz os resultados⁵.

Tabela 2.1.1 – Desigualdade em Diagramas: Resultados

Países	Desigualdade Observada	Tipo A (5)	Tipo B (4)	Tipo C (3)	Tipo D (2)	Tipo E (1)	Sem Resposta ou Não Soube Escolher (6)
Austrália	3,17	0,09	0,32	0,24	0,31	0,01	0,03
Canadá	3,30	0,18	0,22	0,29	0,27	0,01	0,03
EUA	3,32	0,15	0,29	0,17	0,25	0,03	0,12
N. Zelândia	3,50	0,18	0,33	0,25	0,19	0,01	0,04
Alemanha	3,23	0,10	0,26	0,25	0,24	0,02	0,12
Austria	3,00	0,08	0,24	0,25	0,36	0,02	0,06
Espanha	3,21	0,07	0,33	0,24	0,22	0,03	0,13
França	3,61	0,12	0,49	0,23	0,13	0,01	0,02
Noruega	2,44	0,03	0,11	0,19	0,54	0,07	0,06
Portugal	3,59	0,17	0,47	0,19	0,11	0,05	0,00
Suécia	3,09	0,10	0,24	0,27	0,33	0,01	0,05
Brasil	4,02	0,32	0,36	0,05	0,05	0,05	0,17
Chile	3,96	0,27	0,46	0,11	0,07	0,02	0,07
Filipinas	3,36	0,25	0,29	0,11	0,20	0,12	0,03
Israel	3,52	0,21	0,33	0,23	0,19	0,02	0,02
Japão	3,03	0,06	0,29	0,20	0,32	0,03	0,10
Bulgária	4,59	0,65	0,21	0,04	0,02	0,01	0,07
Eslováquia	4,29	0,51	0,32	0,07	0,05	0,02	0,03
Eslovênia	3,51	0,28	0,24	0,17	0,22	0,05	0,05
Hungria	4,41	0,57	0,24	0,05	0,04	0,02	0,07
Letônia	4,52	0,66	0,23	0,05	0,04	0,01	0,02
Polônia	4,22	0,49	0,16	0,08	0,07	0,03	0,17
Rep. Tcheca	3,81	0,30	0,35	0,18	0,12	0,02	0,03
Rússia	4,51	0,59	0,18	0,05	0,03	0,01	0,13

Fonte de dados: ISSP (1999)

Nota: A soma das percentagens (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6) = 100%

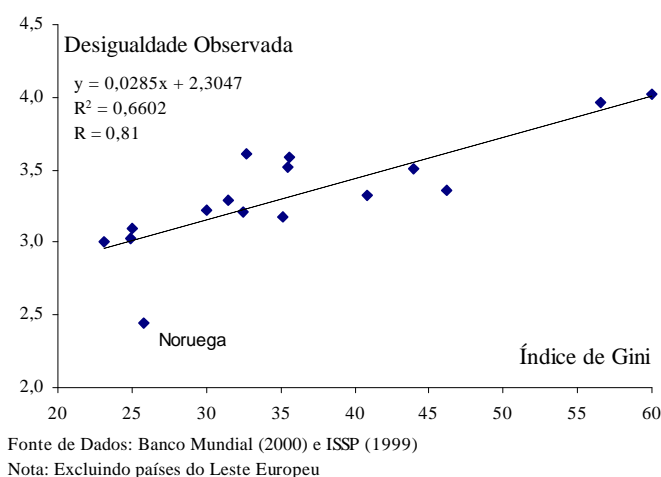
Alguns fatos estilizados interessantes podem ser destacados a partir dos números acima. Por exemplo, em algumas sociedades consideradas de fato mais igualitárias (em termos de renda, segundo o índice de Gini), grande parcela dos entrevistados escolheu o diagrama D, ou seja, aquele que representa uma estrutura social também mais igualitária, com elevada frequência de pessoas ao centro – este é o caso dos noruegueses (54%), suecos (33%), japoneses (32%) e austríacos (36%). Por outro lado, em países com distribuições de renda mais desiguais, como Rússia, Chile ou mesmo o Brasil, os respondentes escolheram predominantemente os diagramas A e B.

⁵ Os países seguem agrupados conforme localização geográfica ou afinidade sócio-cultural. Chama-se atenção para o fato de que em alguns países a amostra não foi desenhada para ser representativa de toda a população – como é o caso de Áustria, Chile, França, Israel, Polônia, Rússia, Eslovênia e Estados Unidos. Japão, Filipinas e Israel foram agrupados em um único conjunto que pode ser denominado por “outros”. Os dados sobre tamanho da amostra e ano do trabalho de campo estão no Anexo 1.

À exceção desta aparente correlação positiva entre a desigualdade de renda medida e *observada*, nos EUA, 28% dos entrevistados escolheram o diagrama D ou o E (neste país, o índice de Gini ultrapassa a marca de 0.40). Na Nova Zelândia (Índice de Gini de 0.44) este número chegou a 20%, nas Filipinas (Gini de 0.46), 32%. Nos países do Leste Europeu, em especial, a *desigualdade observada* mostrou-se bastante elevada – como é o caso da Eslováquia (mais da metade dos respondentes escolheram o diagrama A, enquanto que o índice de Gini não é superior a 0.20) e Bulgária (respectivamente, 65% e 0.28).

Se excluídos da análise os países do Leste Europeu⁶, temos que uma correlação entre a desigualdade de renda medida (Índice de Gini) e o indicador de desigualdade observada mostra-se positiva e elevada (0.81), como segue ilustrado abaixo no gráfico de dispersão entre as duas variáveis.

Gráfico 2.1.1 – Correlação entre o Índice de Gini e o Indicador de Desigualdade Observada



No gráfico está indicado que o Brasil encontra-se exatamente sobre o ponto que representa ao mesmo tempo a maior desigualdade de renda medida e observada. Em princípio, a imagem que os brasileiros têm da estratificação da sociedade no país, em média, é de uma pirâmide social com um pequeno número de pessoas ao topo e crescente nesta frequência em direção à base – apresentando um indicador médio de desigualdade observada igual a 4.02, o que se pode associar ao diagrama B. Enfim, embora mais de 30% dos entrevistados no Brasil tenham escolhido os diagramas mais igualitários ou tenham se absterido da escolha, quando comparados aos respondentes dos demais países incluídos na análise, pode-se dizer que os brasileiros apresentaram um padrão severo de avaliação de sua estrutura social.

⁶ Os países do Leste Europeu participam do ISSP (1999) em grande número e merecem uma investigação à parte. Por décadas, estas sociedades permaneceram homogêneas no que tange ao padrão de consumo e de vida. A expansão da União Européia a estes países e, antes, uma transição de modelo sócio-econômico socialista para o capitalista, ainda em pleno curso, possivelmente trouxeram impactos perceptivos complexos sobre a imagem que as pessoas têm da configuração dos estratos sociais em seus respectivos países.

No entanto, em contrapartida a este conjunto de resultados acima apresentado, este artigo questiona até que ponto a alta *desigualdade observada* pelos brasileiros corresponde-se de maneira fiel à *desigualdade real*, de fato existente no país. Ou melhor, para além de uma pergunta qualitativa e estimulada sobre a estrutura e a estratificação social em um país, quais seriam as referências reais de avaliação da desigualdade acionadas pelos entrevistados brasileiros? Qual seria a percepção destes, por exemplo, da distância entre a base e o topo dos diagramas escolhidos? Quais seriam aquelas referências incorporadas pela percepção cotidiana da desigualdade das pessoas neste país? Em suma, qual é de fato o formato de ordenamento social e da distribuição de renda existente no ideário dos brasileiros? Para tentar responder estas questões, pois, precisaremos acionar um elo de conexão entre realidade e representação social.

2.2. Percepções sobre Posicionamento Social: qual Desigualdade?

Em um dos itens do questionário do ISSP (1999), o entrevistado escolhia, em uma escala de 1 a 10 (base ao topo), a categoria que melhor correspondesse a sua respectiva localização no ordenamento social⁷. Para os objetivos do presente artigo, no caso brasileiro, esta percepção de posicionamento nos permitirá interpretar alguns aspectos da representação que os entrevistados têm da estrutura social existente no país, a partir do momento em que é possível cruzar posições percebidas e reais, acionando como elo conectivo a distribuição objetiva de renda domiciliar per capita do país⁸.

A análise aqui empreendida partirá da suposição de que o posicionamento percebido do respondente na escala social traz ademais uma informação derivada. Ao responder à questão, tendo em vista uma escala crescente em renda ou status social, o entrevistado nos deixa indicada sua percepção acerca das densidades populacionais que estariam acima e abaixo de um parâmetro quantitativamente conhecido, i.e., sua própria renda pessoal, familiar ou domiciliar per capita. Este conjunto de informações nos permite então levantar algumas pistas sobre a consistência da distribuição de renda percebida por cada indivíduo, frente aquela realmente existente. Neste sentido, enfim, pressuporemos que quanto maior a distância entre o posicionamento real e o subjetivo, também maior o grau de desconhecimento do entrevistado em relação à forma da distribuição de renda no país e, por conseguinte, ao nível de desigualdade correspondente.

Por exemplo, um entrevistado que se localiza objetivamente entre os 10% mais ricos na distribuição de renda em dada população e se posiciona subjetivamente entre os 40% mais pobres nos indica claramente que a escala social acionada no ato do posicionamento não se relaciona de maneira fiel à realidade – em especial no que tange aos decis da distribuição de

⁷ O item do questionário era acompanhado por uma figura em forma de coluna, dividida em 10 unidades. Mais precisamente, a pergunta era a seguinte: “Na sociedade brasileira há grupos que tendem a estar no topo da escala social e grupos que tendem a estar na base. Abaixo está uma escala que vai do topo à base, em que ponto 1 corresponde ao topo da escala e o ponto 10 à base da escala. Em sua opinião, onde é que o sr(a) acha que está na seguinte escala?”

⁸ Chama-se atenção para o fato de que embora o item do questionário não mencione o termo “renda” em sua pergunta, parte-se do pressuposto de que esta variável é em grande medida determinante na interpretação do entrevistado à pergunta. Assim, por suposição, renda e status social serão tratados nesta análise como homônimos.

renda e à densidade da população situada acima ou abaixo de sua própria localização. De maneira simplificada, os relativamente mais ricos que se consideram subjetivamente mais pobres não teriam consciência de quem são ou quantos são realmente os mais ricos ou os mais pobres na população.

Assim, partindo-se da interpretação acima e mobilizando empiricamente os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar, IBGE – 2001) e do ISSP (1999), segue na próxima tabela o cruzamento entre os posicionamentos objetivo e percebido dos entrevistados brasileiros na escala social sugerida⁹.

Tabela 2.2.1 – Cruzamento entre Posições Percebidas e Objetivas

Posição Objetiva (PNAD - 2001)		Posição Média	Posição Percebida (ISSP - 1999/2001)										Soma
Décimos da Distribuição de Renda (R\$)			Base	2	3	4	5	6	7	8	9	Topo	
10% Mais Pobres	0 - 42	3,4	31,4	19,6	11,3	7,7	6,7	6,7	4,1	6,7	5,2	0,5	100
2	43 - 69	3,4	24,5	16,4	20,9	11,8	7,3	8,2	3,6	3,2	2,7	1,4	100
3	70 - 100	3,8	20,5	12,7	19,9	14,3	11,4	7,2	5,2	4,2	2,3	2,3	100
4	101 - 134	3,7	17,6	15,0	22,2	13,7	7,8	9,8	7,8	2,6	2,6	0,7	100
5	135 - 174	3,7	13,9	10,4	25,4	22,0	11,6	12,1	2,3	0,6	1,2	0,6	100
6	175 - 230	3,7	14,9	12,9	23,7	16,5	14,9	6,7	6,2	3,1	1,0	0,0	100
7	231 - 301	3,6	9,4	17,1	27,1	15,3	17,1	8,8	4,7	0,0	0,6	0,0	100
8	302 - 433	4,1	13,7	6,9	19,1	22,9	9,9	20,6	1,5	3,8	0,8	0,8	100
9	434 - 750	4,4	9,9	4,1	18,2	21,5	11,6	23,1	10,7	0,0	0,8	0,0	100
10% Mais Ricos	750 - max	4,6	10,8	9,2	12,3	18,5	10,8	15,4	15,4	3,1	0,0	4,6	100
N			311	228	354	270	188	182	93	51	34	17	1728
% coulna			18,0	13,2	20,5	15,6	10,9	10,5	5,4	3,0	2,0	1,0	100

Nota: Posição objetiva calculada a partir dos dados de renda domiciliar per capita incluídos na pesquisa do ISSP (1999) e cruzados com os décimos da distribuição objetiva de renda domiciliar per capita brasileira a partir da PNAD (2001). Relembrando que, no Brasil, a pesquisa do ISSP (1999) foi a campo no ano de 2001.

Fontes de dados: IBGE/PNAD (2001) e ISSP (1999).

A tabela acima nos permite verificar uma relação fraca entre o posicionamento social real e o percebido pelos entrevistados brasileiros. Em média, estes se situaram entre o terceiro e o quarto décimos da escala. A posição média estimada ficou em 3.7, sendo 4.6 entre os 10% mais ricos e 3.4 entre os 10% mais pobres. Cerca de 5.7% dos entrevistados situados objetivamente entre os 10% mais pobres se localizaram subjetivamente nos dois décimos mais altos, enquanto que apenas 4.6% dos 10% mais ricos assim o fizeram. Metade dos 10% mais ricos se posicionou entre as quatro categorias mais baixas da escala. Nos estratos médios de renda, assim como para toda a amostra, a moda da frequência de respostas ficou por conta do terceiro décimo inferior.

Estes resultados mostram que o *grau de acerto* em termos de posicionamento social parece ser muito baixo, em especial entre os brasileiros mais ricos. Por consequência, existe a clara indicação de que a informação que os brasileiros têm acerca da distribuição de renda no

⁹ Neste sentido, em razão de limitada disponibilidade de dados em relação à distribuição de renda em outros países da pesquisa, na primeira parte desta subseção trataremos apenas do caso brasileiro. À frente, como ilustração, utilizando os dados de renda incluídos na própria pesquisa do ISSP (1999), analisa-se este caso comparativamente a outros países.

país e da distância entre os estratos sociais não é consistente à realidade – por suposição, as densidades populacionais que os entrevistados percebem existir acima e abaixo de suas respectivas posições objetivas na escala social seriam prova disso.

Mais uma vez como exemplo: ao se localizarem subjetivamente nos décimos inferiores da escala social, os 10% brasileiros mais ricos mostram desconhecimento acerca de quem são, quantos são e qual o padrão de vida daqueles que de fato se situam à base da sociedade brasileira. Observou-se também que parcela dos brasileiros mais pobres demonstrou desconhecimento acerca da distância social que os separa das categorias superiores da escala social – quase 25% dos entrevistados 10% mais pobres no país se localizaram na metade superior de tal escala.

Enfim, se válido o pressuposto de que a distância entre o posicionamento real e o percebido por um indivíduo em determinada escala de renda ou status social de um país pode ser interpretada como uma *proxy* do grau de desconhecimento que este tem acerca do formato da distribuição de renda no país, então pode-se dizer que grande parte dos entrevistados brasileiros parece não ter em mente o real formato desta distribuição no Brasil e, por conseguinte, tampouco a grau de desigualdade correspondente a tal realidade.

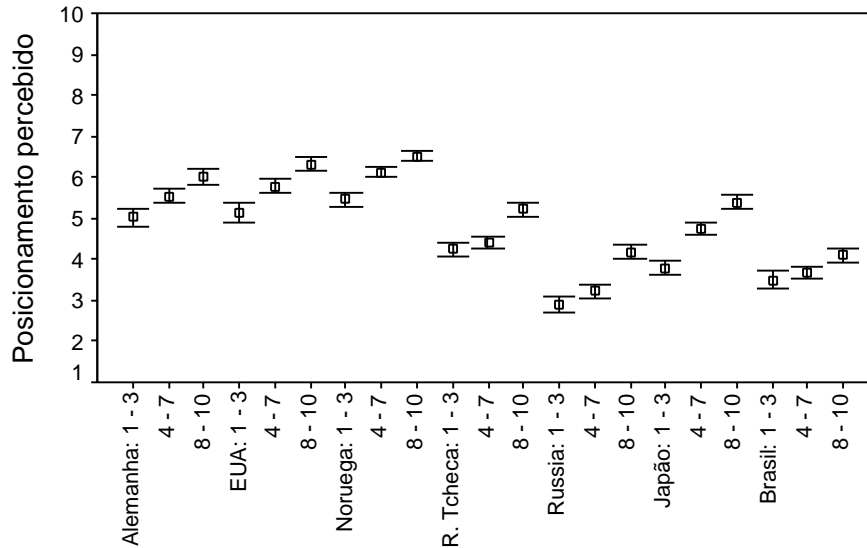
2.3. Comparação Internacional

A análise de outros países incluídos na pesquisa do ISSP (1999) mostra que o fenômeno de desvio de posicionamento social evidenciado anteriormente para o caso brasileiro, embora relativamente mais forte, não é exclusivo deste país. Utilizando os dados de renda domiciliar per capita da própria pesquisa, replicou-se a investigação anterior em relação a um conjunto de países selecionados – Alemanha, EUA, Noruega, Japão, República Tcheca, Rússia e Brasil¹⁰.

Observou-se que, de modo geral, existe uma clara tendência de posicionamento dos entrevistados ao centro da escala social, sendo muito pequena a frequência de respostas relativas aos décimos extremos - topo e base. Como ilustração, o gráfico a seguir mostra as estimativas do posicionamento percebido médio, para três grupos de entrevistados em cada um dos países selecionados – aqueles localizados objetivamente entre os décimos 1 e 3, 4 e 7, 8 e 10.

¹⁰ A seleção deste grupo de países respeitou dois critérios: (i) a disponibilidade de dados sobre renda domiciliar per capita da pesquisa e; (ii) a heterogeneidade sócio-cultural. Para fins de comparação, também se utilizou, no caso brasileiro, os dados de renda da pesquisa, não sendo acionados os dados da PNAD. Deve-se atentar para o fato de que em alguns desses países a amostra de respondentes não é representativa de toda a população e que os dados de renda e a divisão da amostra em décimos pode não ser metodologicamente adequada – esta subseção serve, portanto, apenas como apoio à análise precedente.

Gráfico 2.3.1 – Percepção de Posicionamento: média por grupos de renda em países selecionados



Posicionamento objetivo em 3 grupos de renda - por país

Nota: barras representam média e desvio-padrão da média

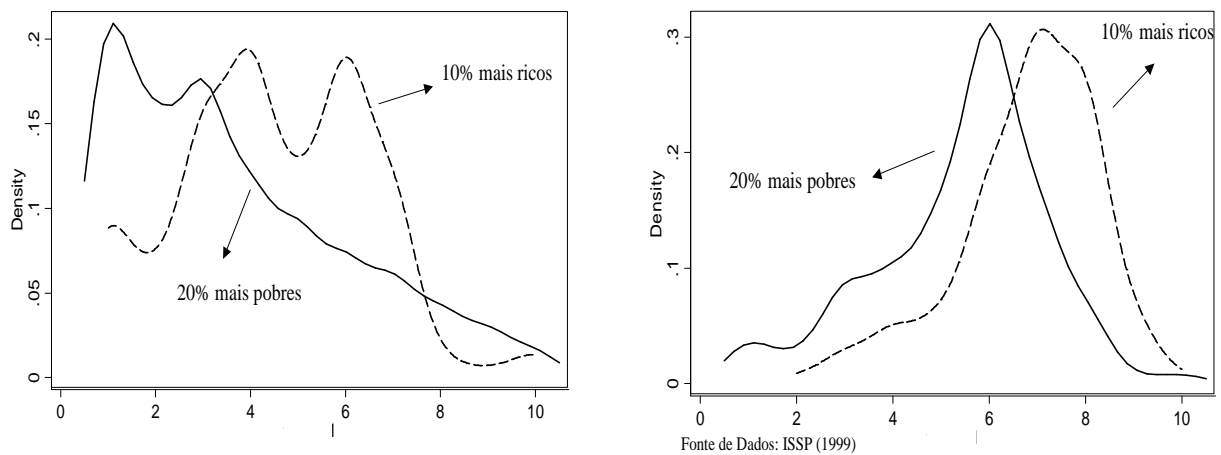
Fonte de Dados: ISSP (1999)

Observa-se que o caso brasileiro é similar ao russo, onde grande parcela dos entrevistados posicionou-se na metade inferior da escala social. Os alemães, os norte-americanos e os noruegueses apresentaram um padrão de respostas semelhante entre si; nestes países os respondentes mais ricos localizaram-se, em média, na metade superior da escala e, os mais pobres, na metade inferior. Os japoneses e tchecos apresentaram um padrão de posicionamento intermediário aos demais casos; não obstante, sinalizaram com uma percepção mais pessimista em relação ao posicionamento na escala social; em geral, em sua metade inferior.

Se válido o pressuposto mencionado na subseção anterior, os resultados do gráfico acima indicam que o desconhecimento em relação ao formato da distribuição de renda não é fato característico apenas entre os brasileiros, mas também, parece generalizar-se entre os respondentes de outros países. Os desvios de posicionamento encontrados no quadro brasileiro, assim como no russo, no entanto, são marcadamente superiores e mais negativos do que nos demais.

Em mais uma ilustração, os gráficos abaixo apresentam uma análise comparativa entre as respostas dos entrevistados mais ricos e mais pobres no Brasil e na Noruega, país cujo indicador médio de percepção de posicionamento social é o mais elevado.

Gráfico 2.3.2 – Percepção de Posicionamento: Brasil e Noruega



Os gráficos são interessantes no que tange às percepções de posicionamento dos brasileiros (gráfico à esquerda) em comparação a outros respondentes de um país com baixa desigualdade e alto nível de desenvolvimento humano, como a Noruega (gráfico à direita). Embora pareça existir uma tendência dos entrevistados se posicionarem mais ao centro da escala social, como observado, por exemplo, entre os noruegueses mais ricos, fica claro que no caso brasileiro o desvio entre posição real e percebida é mais acentuado. Os resultados indicam que a parcela mais rica da população brasileira percebe-se relativamente empobrecida, o oposto do que ocorre com os noruegueses mais pobres, que se percebem em grande medida na metade superior da escala.

A interpretação que aqui defendemos nos remete novamente ao fato de que os brasileiros mais ricos provavelmente desconhecem a real distribuição de renda no país e a proporção da população que se situa abaixo e acima de seus próprios posicionamentos – o grupo de referência acionado no ato da avaliação não se corresponderia de fato ao universo da população brasileira¹¹. O mesmo ocorreria com os mais pobres ou até mesmo com aqueles que *acertaram* suas posições, mas que ainda sim desconhecem efetivamente o formato da distribuição de renda – não se descarta a possibilidade de que alguns entrevistados situados objetivamente próximos ao centro tenham respondido corretamente ao item por uma questão de coincidência.

Em síntese, o item da pesquisa do ISSP (1999) em evidência nesta subseção nos permite chegar a algumas conclusões preliminares. Em primeiro lugar, tanto no Brasil, como em outros países incluídos na pesquisa, existe um desvio de percepção de posicionamento

¹¹ Interpretação desenvolvida na seção 3.

social em relação ao posicionamento social objetivo em termos de renda. Assim, se válidos os pressupostos levantados nessa subseção, de (i) relação estreita entre nível de renda e status social e (ii) relação direta entre o erro de posicionamento social e o desconhecimento acerca do formato da distribuição de renda, então se pode dizer que em grande medida os brasileiros, especialmente a parcela mais rica destes, de fato desconhece a realidade distributiva no país. Como corolário, por conseguinte, o grau de desigualdade associado à distribuição objetiva de renda é desconhecido por grande parte dos brasileiros – mais do que isso, nas próximas seções argumenta-se que este desconhecimento, por sua vez, pode estar em realidade associado à subestimação da desigualdade de renda no país.

2.4. A Pesquisa entre os Estudantes de Economia: Reforços ao Argumento

Com o objetivo de levantar informações mais específicas e direcionadas sobre a questão do conhecimento e percepção dos brasileiros acerca da distribuição de renda no país e seu respectivo grau de desigualdade, aplicou-se um questionário contendo perguntas novas e ainda não exploradas sobre o tema em uma amostra representativa de 121 alunos do Instituto de Economia da UFRJ. Os resultados encontrados são relevantes para o argumento central do presente artigo por uma série de razões. Em primeiro lugar, por poder-se supor que os alunos entrevistados fazem parte de um grupo de brasileiros que figuram entre os mais bem informados do país. Em segundo lugar, a grande maioria dos entrevistados faz parte da elite brasileira, localizando-se com frequência entre os 10% mais ricos do país (a renda domiciliar per capita média dos entrevistados ficou em R\$ 1.868). Por final, justamente na véspera do início das entrevistas, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgou o documento Radar Social (IPEA, junho de 2005), de ampla repercussão na mídia impressa e televisiva, contendo os mais variados dados sobre pobreza e desigualdade no Brasil.

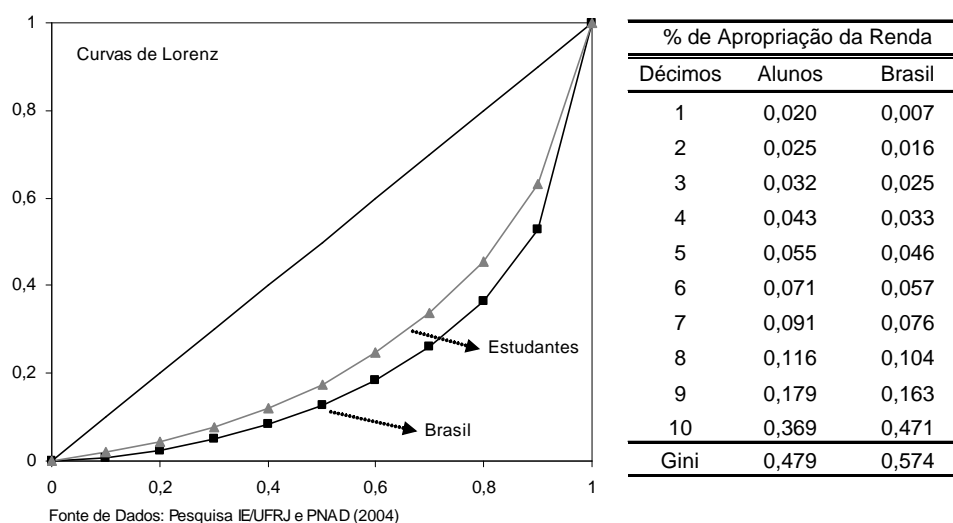
Uma análise preliminar dos dados nos permitiu encontrar resultados bastante interessantes. Por exemplo, quando perguntados sobre qual seria valor atual do salário mínimo, 20% dos alunos responderam incorretamente (a média ficou em R\$ 292). Do ponto de vista normativo, para os estudantes, o salário mínimo no Brasil deveria ser, em média, de R\$ 605 e a linha de pobreza, em termos de renda familiar per capita, de R\$ 301. Nestes termos, utilizando os dados de renda domiciliar per capita da PNAD (2003), teríamos no Brasil cerca de 64% de pessoas vivendo abaixo desta linha de pobreza – ou seja, aproximadamente 108 milhões de brasileiros.

Quando perguntados, “qual é, a seu ver, o intervalo de renda familiar per capita que define a *classe média* no Brasil”, os estudantes retornaram, em média, os valores de R\$ 1.388 a R\$ 5.002 – o que, ainda segundo os dados da PNAD (2003), significa que apenas 4.7% da população fariam parte da classe média brasileira: temos acima de R\$1.388 cerca de 5.1% da população e apenas 0.4% acima de R\$ 5.002. Ou seja, aqui já temos a indicação de que a *renda domiciliar per capita percebida* das pessoas que fazem parte da “classe média” associa-se, na verdade, a estratos de renda relativamente altos, se considerada a distribuição objetiva de renda domiciliar per capita no país, cuja média efetiva é de R\$ 408, a mediana, R\$ 207, e a moda, R\$ 345.

Os resultados desta pesquisa que se destacam como os mais relevantes aos objetivos deste artigo, pois, são os referentes à pergunta “qual você imagina que seja a participação na renda total (em %) de cada um dos décimos da distribuição da renda familiar per capita no Brasil?”. Esta questão foi elaborada seguindo o objetivo específico de estimação de uma Curva de Lorenz e de um Índice de Gini percebidos.

De modo geral, pode-se dizer que os estudantes tiveram dificuldades em responder tal questão. Cerca de 55% deles não respeitaram o fato de que a porcentagem de apropriação da renda total deve aumentar conforme nos movemos do primeiro e mais pobre décimo da distribuição ao último e mais rico; foi comum encontrar, por exemplo, Índices de Gini negativos. Assim, excluídos estes casos e restando apenas 54 observações cujas respostas respeitavam a relação esperada entre a distribuição acumulada da população e de renda, estimou-se um Índice de Gini percebido individualizado e a média do percentual apropriado por cada décimo da escala de renda. Os resultados seguem na figura abaixo.

Figura 2.4.1 – Desigualdade Medida e Percebida em Curvas de Lorenz



O Índice de Gini percebido pelos estudantes que responderam de maneira coerente à questão ficou, em média, em 0.48. Para estes alunos, os 10% mais ricos no Brasil apropriaram-se de cerca de 37% da renda total, enquanto que os 50% mais pobres, de quase 20%. Se considerados os dados da PNAD (2003), vemos que o Índice de Gini brasileiro fica em 0.57¹², os 10% mais ricos apropriaram-se de 47% da renda total e, os 50% mais pobres, de apenas 12.8%.

Embora o número de observações seja limitado e a pergunta de difícil resposta, acredita-se que os resultados da pesquisa entre os estudantes de economia sirvam como reforço à hipótese central defendida neste artigo – não à toa, nesta pesquisa, formulamos as

¹² Índice de Gini calculado sobre a porcentagem apropriada de renda por cada décimo da população, assim como estimado para os estudantes. O IPEA (2005) estima este índice para o Brasil em 0.60.

questões sobre percepção da desigualdade de renda seguindo o objetivo específico de mensurá-la.

Em suma, na subseção anterior o item sobre posicionamento social percebido incluído na pesquisa do ISSP (1999) sugeria que o formato da distribuição objetiva de renda no Brasil não seria reconhecido por grande parte da população brasileira e, por conseguinte, tampouco o seria o grau de desigualdade correspondente¹³. Na presente subseção se verificou então que tal hipótese não apenas é corroborada pela pesquisa com os estudantes, como também que a desigualdade de renda brasileira está em realidade por eles subestimada.

3. Possíveis Causas e Conseqüências da Desigualdade Desconhecida

A discussão das causas e conseqüências da desigualdade desconhecida, objeto da hipótese investigada empiricamente na seção anterior, é motivada, sobretudo, por uma necessidade de contextualizar politicamente o quadro de desconhecimento ou mesmo de subestimação da desigualdade de renda no Brasil. Reconhecendo a complexidade desta tarefa, delimitamos seu escopo neste artigo a uma interpretação conceitual e preliminar que se segue.

3.1. As Causas: uma Interpretação via Grupos de Referência e Desvio Cognitivo

Em uma incursão conceitual sobre os possíveis determinantes da desigualdade desconhecida, mobilizamos a idéia de *grupos de referência*, originalmente desenvolvida pela psicologia social, popularizada pela sociologia e recentemente utilizada pela economia teórica e aplicada, onde é presente, sobretudo, na literatura técnica sobre bem-estar, medidas de pobreza e desigualdade¹⁴.

Embora a discussão sobre grupos de referência receba um tratamento variado e reconhecidamente sofisticado nas ciências sociais, a delimitação do conceito neste artigo, tendo em vista a interpretação que aqui pretendemos desenvolver, apóia-se em uma idéia simples. Definiremos como um grupo de referência contido em uma população a associação subjetiva e informal de indivíduos que se identificam e se percebem reciprocamente no ambiente social e na distribuição de renda desta população. Mais especificamente, por

¹³ Ressalta-se que este mesmo item foi repetido entre os estudantes de economia e o mesmo resultado de erro de posicionamento se repetiu – dessa vez, no entanto, os termos “renda” e “décimos da distribuição de renda” eram utilizados explicitamente na pergunta.

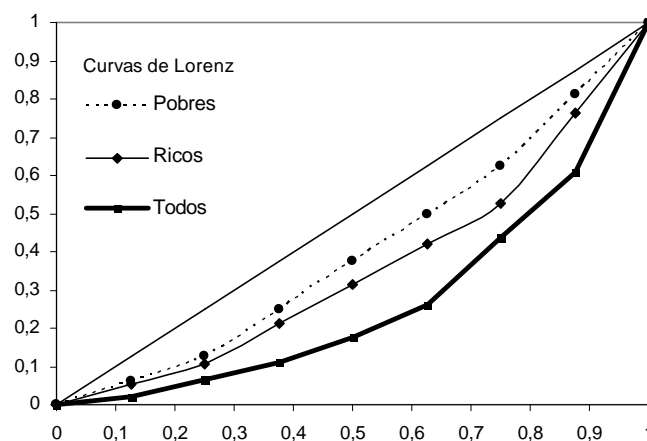
¹⁴ O termo grupos de referência foi primeiramente utilizado por Hyman (1942), não obstante ao fato de que a idéia já fosse discutida pela psicologia social. No entanto, foi associado à idéia de privação relativa que o conceito se popularizou, em especial a partir do trabalho seminal de Runciman (1966, ver capítulo 2). Apenas a partir de meados dos anos 1970's surgem estudos na economia que utilizam com maior centralidade a noção de grupos de referência: Sen (1976 e 1981), para a construção de medidas de pobreza; Yitzhaki (1979), Hey e Lambert (1980), Chakravarty e Chakraborty (1984) e Berrebi e Silber (1985), Stark e Taylor (1991), Podder (1996) e Duclos e Gregoire (2003), para a derivação de um índice de privação relativa. Ademais, correlata ao tema, existe vasta literatura baseada na questão da utilidade relativa – ver, por exemplo, Clark e Oswald (1996), Akerlof e Yellen (1990), Boskin e Sheshinski (1978), Kapteyn e Van Herwaarden (1980).

suposição, exige-se que o integrante de um grupo de referência seja capaz de identificar a renda e o status social dos demais integrantes de seu grupo, embora seja incapaz de fazê-lo em relação aos demais indivíduos da população.

Como exemplo, suponha uma cidade partida em dois bairros distintos, um que chamaremos de bairro dos pobres e outro, bairro dos ricos. Suponha que em cada bairro habitem 4 moradores, e que a distribuição de renda no bairro dos pobres seja hipoteticamente (2, 4, 4, 6) e no bairro dos ricos (8, 16, 16, 36).

Agora, analisemos dois casos distintos. No primeiro, os dois bairros da cidade partida localizam-se muito distantes um do outro, o que acarreta na delimitação de dois grupos de referência diferentes na mesma população, um circunscrito aos ricos e outro aos pobres. Os ricos identificam-se e percebem-se reciprocamente, reconhecem seus pares e a distribuição de renda de seu grupo, mas desconhecem a existência dos mais pobres; o mesmo ocorre no bairro dos pobres. No segundo caso, o bairro dos ricos e o bairro dos pobres convivem lado a lado, o que leva à delimitação de um único grupo de referência idêntico à população total da cidade. Agora, mesmo o mais pobre dos pobres percebe a existência e identifica a renda do mais rico dos ricos. Como ilustração deste exemplo, a figura abaixo representa graficamente as Curvas de Lorenz de cada um dos bairros e também de toda a população¹⁵.

Figura 3.1.1 – A Cidade Partida em Curvas de Lorenz



Pode-se verificar que o Índice de Gini para o bairro dos pobres é baixo, de apenas 0.19, enquanto que entre os ricos, ficou em 0.28. Por outro lado, a desigualdade medida por este índice quando considerada a distribuição de renda da população total é de 0.46 – ou seja, a curva de Lorenz da cidade como um todo domina em primeira ordem as curvas dos dois bairros.

A partir da ilustração fica claro que a desigualdade de renda que as pessoas desta cidade hipotética observam a sua volta depende em grande medida de como seus grupos de referência estão definidos. Nos dois casos extremos que supomos acima, a desigualdade de

¹⁵ Para os casos onde só existiam 4 observações (para os bairros), a Curva de Lorenz foi suavizada em 9 pontos.

renda visualmente percebida pode ser bastante alta, caso os dois bairros mutuamente se reconheçam ou baixa e diferenciada intra-grupos, caso contrário¹⁶.

Na situação onde o grupo de referência de um indivíduo não é representativo do ambiente sócio-econômico real, a percepção de posicionamento social deste indivíduo não será adequada à realidade distributiva da população da qual este faz parte. Com referência à ilustração anterior, caso os bairros sejam afastados um do outro, por exemplo, o cidadão cuja renda é 8 se perceberá à base da escala social, mesmo sendo parte do bairro dos mais ricos. A percepção de posicionamento social guarda, pois, uma relação estreita ao grupo de referência acionado pelo indivíduo.

Voltando à hipótese central deste artigo, estes elementos nos permitem interpretar as causas da desigualdade desconhecida com base na idéia de má delimitação de grupos de referência. Em especial, os brasileiros mais ricos, ao se posicionarem nos estratos mais baixos da escala social, provavelmente enquadram-se nesta interpretação – indicam desconhecer a relação entre apropriação da renda total e densidade populacional no país a partir do momento em que, fazendo parte de um ambiente social difuso e complexo, não se incluem em grupos de referência representativos da população brasileira¹⁷.

Portanto, uma possível explicação para o desconhecimento das pessoas acerca do formato da distribuição de renda e de seu grau de desigualdade correspondente pode estar na *dificuldade* de delimitação de grupos de referência que sejam representativos de toda a sociedade e que não excluam extratos de renda e camadas substantivas da população. Tal dificuldade, por sua vez, pode ser associada tanto a fatores físico-geográficos e de complexidade do ambiente econômico e social, como também à própria capacidade limitada das pessoas absorverem e processarem este tipo de informação existente.

Apresentando brevemente esta discussão referenciada em nível teórico, mencionamos a definição de *cognição* em Dosi, Marengo e Fagiolo (1996, pp.10-11), “... *cognition* (...) is the process by which decision makers form and modify representations in order to make some sense of a reality which is generally too complex and uncertain to be fully understood. Hence, the necessity to acknowledge the existence (and persistence) of a systematic gap between the agents’ cognitive abilities and reality...”

Uma das formas de desvio (*gap*) freqüentemente encontrada, dizem os autores, seria o que se chamou de *knowledge gap* – o que envolve representações do ambiente sócio-econômico incompletas, vagas ou, simplesmente, erradas¹⁸. Segundo Denzau e North (1994) e North (1996), o sistema cognitivo seria a estrutura pela qual os indivíduos receberiam e interpretariam a informação difusa deste ambiente. Tal estrutura se constitui em duas dimensões. A primeira é genética, sobre a qual se desenvolve a segunda, formada por

¹⁶ Qualquer referência à literatura sobre decomposição de medidas de desigualdade não é mera coincidência.

¹⁷ Dado o elevado nível de desigualdade no décimo superior da distribuição de renda brasileira, poder-se-ia supor ainda que o grupo de referência dos 10% mais ricos no país é possivelmente circunscrito apenas ao topo da escala de renda.

¹⁸ Dosi, Marengo e Fagiolo (1996) fazem uma resenha teórica extensa sobre problemas cognitivos e aprendizagem na economia, destacando os principais fatos estilizados. Outras referências nesta literatura são Margolis (1987), Johnson-Laird (1983), Mayer (1992), Clark (1993), Denzau e North (1994), North (1995, 1996) e Holland et al. (1986).

experiências pessoais. Por sua vez, classifica-se esta última em dois grupos: as experiências advindas ou do ambiente físico ou do sócio-cultural.

Em suma, a representação de um ambiente complexo seria função da informação recebida e interpretada individualmente através de um sistema estruturado sobre uma arquitetura genética e por experiências pessoais. Integrando estes conceitos à discussão precedente sobre as causas da desigualdade desconhecida, tal representação do ambiente sócio-econômico pode ser interpretada enquanto um fenômeno advindo inicialmente da observação e absorção individual da realidade distributiva intra-grupos de referência e do desconhecimento acerca do que se passa além de suas fronteiras. Entre a realidade distributiva da população e aquela que faz parte apenas de um grupo de referência não representativo existiria, portanto, um desvio de conhecimento (*knowledge gap*).

Em síntese, sendo a desigualdade de renda parte relevante do ambiente sócio-econômico, a delimitação de grupos de referência ou a representação de cada indivíduo acerca do formato da distribuição de renda e do seu grau de desigualdade seriam provenientes, pois, do sistema de cognição interpretativo e classificatório pessoal. Limites de cognição e a complexidade e a heterogeneidade do ambiente físico e sócio-cultural são fatores que explicariam, portanto, a existência de desvios de conhecimento em relação ao grau de desigualdade de renda existente em determinada população.

3.2. Possíveis Conseqüências: os Limites Políticos à Mudança Institucional

A questão da desigualdade de renda vem se tornando cada vez mais central nas agendas de desenvolvimento e nas políticas públicas tanto no Brasil como na América Latina¹⁹. Embora possa ser dito que as reformas econômicas no decurso dos últimos anos implicaram em uma profunda mudança institucional qualitativa na região (vide estabilização macroeconômica, abertura comercial, liberalização financeira e reestruturação produtiva das firmas e indústrias), as questões sociais continuam em xeque e a desigualdade de renda permanece alta – e incrivelmente estável no caso brasileiro.

O recente debate interno sobre a composição dos gastos públicos federais na área social e seus impactos distributivos é um exemplo claro de que todos os possíveis determinantes da desigualdade de renda no país estão sendo colocados em discussão²⁰. É reconhecidamente consensual que a desigualdade de ativos e de oportunidades no Brasil é elevada demais e que o setor público poderia e deveria contribuir mais para o esforço redistributivo²¹.

No presente artigo parte-se do argumento de que o problema da desigualdade no Brasil é, sobretudo, político – principalmente no que concerne aos seus determinantes institucionais e às soluções contratuais. Neste contexto, acredita-se ser chave a criação e a

¹⁹ Ver, por exemplo as agendas de Stallings e Peres (2002), Kuckynski e Williamson (2003) e Banco Mundial (2003).

²⁰ Ver número especial da Econômica, v.5 n.1, junho de 2003.

²¹ A tributação é essencialmente neutra do ponto de vista distributivo (dado o balanço entre um componente indireto regressivo e os componentes de previdência e de renda progressivos) e as transferências monetárias ligeiramente progressivas (SPE/MF, 2003).

manutenção de um amplo consenso coletivo e não paternalista que sustente politicamente a primazia das soluções de importantes *trade-offs* de políticas públicas (implícitos ou explícitos) e de estratégias de desenvolvimento em direção à maior igualdade social e ao benefício das camadas historicamente mais desfavorecidas e de menor representatividade política no país.

A criação do mencionado consenso, neste sentido, passa necessariamente pela percepção ou sensibilidade social de todos os atores que fazem parte ativa ou passivamente da legitimação, da sustentação ou das possíveis mudanças que venham a ocorrer no contrato social deste país. De acordo com Reis (2000, p.144), por exemplo, *“a questão da visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável. A menos que – por razões interesseiras ou altruístas – elas percebam uma política como necessária ou desejável, esta não terá chance de ser implementada”*.

Ainda segundo a autora (Reis, 2000; p.144): *“reconhecer a importância das elites também não significa negar a importância dos demais atores sociais. O comportamento das elites é, em grande parte, reativo às pressões e ações vindas de baixo. Como quer que seja, a maneira como as elites reagem, suas ações e inações são aspectos centrais quando se quer entender a dinâmica das desigualdades e/ou identificar maneiras de combater a pobreza e reduzir as desigualdades”*.

A hipótese da desigualdade desconhecida, neste sentido, enquadra-se como uma clara interferência na economia política do consenso em prol do combate às desigualdades. A partir do momento em que os brasileiros, mais pobres ou mais ricos, desconhecem o formato da distribuição de renda no país e, supostamente, o grau extremo de desigualdade existente e que se mantém, o consenso pela maior igualdade perde força.

Ademais, um outro aspecto relevante da desigualdade desconhecida que se observou ao longo deste trabalho refere-se ao erro de posicionamento social percebido verificado em todas as camadas da população e, em especial, entre os mais ricos. Seria natural supor que os indivíduos disputam econômica e politicamente os recursos escassos disponíveis em uma população e que, salvo resignação, aqueles localizados nos estratos inferiores da escala social se alegam legítimos de receber uma parcela maior desses recursos.

Ficou claro, portanto, que existe entre os mais ricos no Brasil uma percepção relativamente forte de que eles não fazem parte do topo da pirâmide, sentimento este que pode ter como origem a elevada desigualdade existente no próprio topo da distribuição de renda. Um problema grave pode surgir, pois, quando os 10% brasileiros mais ricos, detentores de aproximadamente 50% de toda a renda nacional ainda sim se considerarem legítimos a receber mais recursos na disputa política da repartição, decorrente do simples fato de que não se vêem enquanto de fato mais ricos.

4. Considerações Finais: um Manifesto pela Conscientização

No Brasil existe o reconhecimento de que as desigualdades são elevadas – o que pode ser verificado na mídia, nas relações sociais do cotidiano ou comprovado nas estatísticas oficiais. Quando aos brasileiros é perguntado “as diferenças de renda são muito grandes em seu país?” ou “dentre estas imagens de sociedade, qual que melhor descreve o seu país?”, eles não hesitam em apontar com severidade o pior dos quadros.

Este artigo, no entanto, construiu argumentos no sentido de mostrar que o *pior dos quadros* presente no ideário dos brasileiros parece, ainda sim, distante de uma realidade ainda mais perversa. Neste sentido, apresentaram-se evidências empíricas de que os brasileiros, apesar de indicarem o Brasil como um país qualitativamente desigual, em grande medida, parecem desconhecer o real formato da distribuição de renda no país em que vivem e seu efetivo e elevado grau de desigualdade.

Não obstante à finalidade empírica deste artigo, a discussão das possíveis causas e conseqüências da desigualdade desconhecida nos remete invariavelmente à necessidade da conscientização dos brasileiros acerca do estado de coisas a que chegamos e que permanecemos. Acredita-se, enfim, que quanto mais nos reconhecermos enquanto um país partido por diferenças de oportunidade e renda, mais viável a mobilização política em prol de mais igualdade, mais evidente a urgência do consenso, menos difícil aproximar as partes de uma mesma sociedade.

Referências Bibliográficas

Akerlof, G.A. e J.L. Yellen (1990). The Fair Wage - Effort Hypothesis and Unemployment. *Quarterly Journal of Economics* 105, 255-284.

Banco Mundial (2003). *Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking with History?* Advanced Conference Edition, Banco Mundial, Washington DC.

Berrebi, Z.M. e Silber, J. (1985). Income Inequality Indices and Deprivation: a Generalization. *Quarterly Journal of Economics*, 100, pp. 807-810.

Boskin, M. and E. Sheshinski (1978). Optimal Redistributive Taxation When Individual Welfare Depends Upon Relative Income. *Quarterly Journal of Economics* 92, 589-601.

Clark, A. (1993). *Associative Engines: Connectionism, Concepts and Representational Change*. MIT Press, Bradford Books.

Clark, A., Oswald, A. (1996). Satisfaction and Comparison of Income. *Journal of Public Economics*, n. 61 v.3 pp. 359-381.

Chakravarty, S.R. e Chakraborty, A.B. (1984). On Indices of Relative Deprivation. *Economic Letters*, 14 pp. 283-287.

Denzau, A. e North, D. (1994). Shared Mental Models: Ideologies and Institutionas. *Kyklos*, v.47(1), pp.3-31.

- Dosi, G. Marengo, L. e Fagiolo, G. (1996). Learning in Evolutionary Environments. Working Paper WP 1996-05. Computable and Experimental Economics Laboratory, Dept. of Economics, University of Trento.
- Duclos, J-Y. e Gregoire, P. (2003). Absolute and Relative Deprivation and the Measurement of Poverty. Cahier de Recherche, WP 02-03.
- Econômica (2003). Gasto Público Social no Brasil. Econômica, v.5, n.1.
- Hey, J.D. e Lambert, P.J. (1980). Relative Deprivation and the Gini Coefficient: Comment. Quarterly Journal of Economics, 95 pp. 567-573.
- Hyman, H. (1942). The Psychology of Subjective Status. Psychological Bulletin, 39, 473-474.
- Holland, J.H., Holyoak, K.J., Nisbett, R. e Thagard, P. (1986). Induction: Processes of Inference, Learning and Discovery. MIT Press, Cambridge, MA.
- IPEA (2005). Radar Social. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília.
- ISSP (2003). ISSP 1999 Report to the ISSP General Assembly on monitoring work undertaken for the ISSP by ZUMA. Alemanha, mimeo.
- Johnson-Laird, P. (1983). Mental Models. Harvard University Press, Cambridge, MA.
- Kapteyn, A. e F.G. Van Herwaarden (1980). Interdependent Welfare Functions and Optimal Income Distribution. Journal of Public Economics 14, 375-397.
- Kuczynski, P-P. e Williamson, J. (2003). After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform in Latin America. Institute for International Economics, Washington DC.
- Margolis, H. (1987). Patterns, Thinking and Cognition. University of Chicago Press, Chicago.
- Mayer, R.E. (1992). Thinking, Problem Solving, Cognition. W.H. Freeman, Nova York.
- North, D. (1996). Economics and Cognitive Science. Washington University, St. Louis, mimeo.
- Podder, N. (1996). Relative Deprivation, Envy and Economic Inequality. Kyklos, 49, pp.353-376.
- Reis, E. (2000). Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, n.42, pp.143-152.

Runciman, W.G. (1966). *Relative Deprivation e Social Justice*. Henley: Routledge and Kegan Paul.

Scalon, C. (2004). *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

Sen, A. (1976). *Poverty: An Ordinal Approach to Measurement*. *Econometrica*, 44, 219–232.

Sen, A., (1981). *Poverty and Famine: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Clarendon Press, Oxford University Press.

SPE/MF (2003). *Gasto Social no Governo central 2001 e 2002*. Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda, Brasília DF.

Stallings, B. e Peres, W. (2002). *Crescimento, Emprego e Equidade: o Impacto das Reformas Econômicas na América Latina e Caribe*. Campus, Rio de Janeiro.

Stark, O. e Taylor, J.E. (1991). *Migration incentives, migration types: the role of relative deprivation*. *Economic Journal* 101 pp. 1163-1178.

Yitzhaki, S. (1979). *Relative Deprivation and the Gini Coefficient*. *Quarterly Journal of Economics*, 93, 321–324.

Anexo 1. Pesquisa do ISSP (1999) – Tamanho da Amostra e Ano do Trabalho de Campo.

Países Participantes	Dados Gerais	
	Tamanho da Amostra	Ano do Trabalho de Campo
Áustria	1606	2000
Austrália	1672	1999/2000
Bulgária	1102	1999
Canadá	984	1999/2000
Chile	1503	2000
Rep. Tcheca	1834	1999
Alemanha Ocidental	921	1999
Espanha	1211	2000
França	1889	1999
Reino Unido	804	1999
Hungria	1208	1999
Israel	1208	1999/2000
Japão	1325	1999
Letônia	1100	1999
Noruega	1268	1999
Nova Zelândia	1108	1999
Portugal	1144	1999
Polônia	1135	1999
Filipinas	1200	1999
Rússia	1705	1999
Suécia	1150	1999
Eslovênia	1006	1999
Estados Unidos	1272	2000
Eslováquia	1082	nd
Irlanda do Norte	809	nd
Brasil	2000	2001

Fonte: ISSP Study Monitoring 1999 (2003)

Nota: nd - não disponível